

AGRICULTURA CAMPONESA E PRÁTICAS (AGRO)ECOLÓGICAS. ABORDAGEM TERRITORIAL HISTÓRICO-CRÍTICA, RELACIONAL E PLURIDIMENSIONAL

*peasant agriculture and practice (agro)ecological. the territorial
approach historical, critical, relational and pluridimensional*

Marcos Aurelio Saquet *

Resumo

Neste texto, procuramos demonstrar a possibilidade de compreender a agricultura camponesa e as práticas (agro)ecológicas por meio de uma abordagem territorial histórico-crítica, pluridimensional e relacional. Esta concepção está centrada na relação espaço-tempo-território, na pluralidade de elementos e processos efetivados em distintos níveis escalares. Inicialmente, apresentamos nosso entendimento da agroecologia e da agricultura camponesa, discussão seguida por uma síntese da abordagem territorial supracitada que, evidentemente, assumimos para estudar as práticas (agro)ecológicas e para trabalhar em projetos de desenvolvimento territorial de base local.

Palavras-chave: Agricultura camponesa, Práticas agroecológicas, Território, Territorialidade.

Abstract

In this paper, we attempt to demonstrate the ability to understand and peasant farming practices (agro) ecological through a historical-critical, pluridimensional and relational territorial approach. This design focuses on space-time-territory relation, the plurality of elements and processes effected at different scalar levels. Initially, we present our understanding of agroecology and peasant agriculture, followed by a summary discussion of the aforementioned territorial approach, of course, assumed to study the practices (agro) ecological and work in territorial development projects on a local basis.

Key words: Peasant agriculture, Agroecological practices, Territory, Territoriality.

Resumen

En este trabajo, se pretende demostrar la posibilidad de comprender la agricultura campesina e las prácticas (agro)ecológicas a través de un enfoque territorial histórico-crítico, pluridimensional y relacional. Esta concepción se centra en la relación espacio-tiempo-territorio, en la pluralidad de elementos y procesos efectuados en diferentes niveles escalares. Inicialmente, presentamos nuestro entendimiento de la agroecología y de la agricultura campesina, seguido de una síntesis del abordaje territorial antes mencionada, por supuesto, suponiendo el estudio de las prácticas (agro)ecológicas y lo trabajo en proyectos de desarrollo territorial de base local.

Palabras clave: Agricultura campesina, Práticas (agro)ecológicas, Territorio, Territorialidad.

(*) Prof. Dr. da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão - Rua Maringá, 1.200, CEP: 85.605-010, Francisco Beltrão (PR), Brasil. Tel: (+ 5546) 35204834 - saquetmarcos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe destacar que julgamos relevante socializar como estamos compreendendo a agricultura camponesa, a agroecologia e a abordagem territorial, para debater tais ideias com os interessados no tema.

Em Saquet (2006b) fizemos uma reflexão inicial sobre a abordagem territorial para a apreensão da problemática da subordinação e exploração dos agricultores familiares. Naquela oportunidade, destacamos a relação campo/rural-cidade/urbano, a produção familiar de alimentos e o conceito de território. Este último serviu de base para a compreensão da agricultura familiar numa perspectiva histórica e relacional, destacando-se as relações de poder e as redes de circulação e comunicação. Naquele momento, ainda optávamos pela noção de agricultura familiar em detrimento da de camponês. Porém, ao longo do tempo, inclusive retomando nossa tese de doutoramento (SAQUET, 2003 [2001]), tentamos qualificar a abordagem territorial e passamos a rever o entendimento que tínhamos de agricultura familiar: embora trabalhássemos com esta noção, desde Saquet (1996; 1997; 2002), sempre utilizamos como orientação várias premissas identificadas e trabalhadas por autores como Teodor Shanin, Alexander Chayanov, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José Vicente Tavares dos Santos. Ao mesmo tempo, a partir das pesquisas empíricas realizadas desde 1996, no Sudoeste do Paraná, percebemos que há, cotidianamente, reprodução de vários aspectos da vida dos descendentes dos italianos e alemães que, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migraram para o Paraná e outros estados do Brasil. De fato, historicamente, eles vivem outros processos espaço-temporais, porém, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, os imigrantes que se instalaram, eram os mesmo sujeitos que emigraram da Alemanha e Itália no decorrer do século XIX. Os sujeitos que migraram para o Centro e o Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná etc., são seus descendentes, claramente influenciados por eles, tanto econômica como cultural e politicamente, reproduzindo vários aspectos da vida camponesa (PADIS, 1981; WACHOWICZ, 1987; FERES, 1990; MARSCHNER, 2005; SAQUET e GALVÃO, 2009; SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009).

Acreditamos que, posteriormente, avançamos em Saquet (2009; 2011a), revendo a opção teórico-metodológica adotada, tentando qualificá-la especialmente para a compreensão e explicação da miríade de elementos e processos que substantivam (i)materialmente os espaços agrários, urbanos e suas relações. Nesses dois textos, apresentamos algumas sínteses que construímos ao longo dos anos para qualificar a compreensão e a explicação da problemática do rural sem desconectá-lo do urbano, considerando sua complexidade, heterogeneidade e fluidez juntamente com as continuidades e descontinuidades sempre presentes. E é justamente em virtude da coexistência de permanências e rupturas que avaliamos a relevância de adotar a noção de camponês, consoante detalharemos na sequência. Acreditamos que há uma agricultura camponesa com práticas (agro)ecológicas que fazem parte de um movimento político, cultural e ambiental.

No movimento, muitas vezes, práticas e organização política acontecem simultaneamente, com o protagonismo do camponês, como ocorre no Movimento de Camponês a Camponês, implantado em 1997, por meio da Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP), fundada em 1961. Houve o resgate da agricultura camponesa, a valorização e a difusão de práticas agroecológicas, tais como controle biológico, associação de cultivos, compostagem, integração lavoura-pecuária, utilização de adubos orgânicos, cultivo de plantas medicinais, minhocultura, conservação de solos e dos demais componentes naturais, juntamente com o resgate das sementes crioulas (WEZEL et al, 2009; SOSA et al, 2012; DUFUMIER, M. e LALLAU, 2010; ALTIERI e TOLEDO, 2011). Enfim, consoante WEZEL et al (2009) acontece, ao mesmo tempo, a conservação da agrobiodiversidade, fortalecendo a organização política dos sujeitos.

No movimento internacional, a agroecologia foi difundida no Brasil na década de 1970, com a meta principal de produzir alimentos sem insumos químicos e sem provocar impactos desnecessários ou irreparáveis no ambiente. As práticas (agro)ecológicas acontecem dispersas, adquirindo



um salto quantitativo e qualitativo nas décadas de 1980 e 1990, a partir dos movimentos sociais (ambientalistas), da atuação das ONGs, da realização dos encontros brasileiros de agricultura alternativa (desde 1981), da atuação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA, no início da década de 1980), da criação da Associação de Agricultura Orgânica (AAO; em São Paulo, em 1989), do Encontro Nacional de Agroecologia (2001), da Articulação Nacional de Agroecologia (2006), enfim, com base num conjunto de iniciativas (embora nem sempre com os mesmos princípios e objetivos) e sob influência dos estudos de Miguel Altieri, Víctor Toledo, Eduardo Gusmán, Manuel Molina, Stephen Gliessman, entre outros (SCHMITT, 2009; ARRIEL SAQUET et al, 2005; MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006; ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Sucintamente, nas práticas (agro)ecológicas, tenta-se diminuir a dependência de insumos químicos e de energia externos à unidade produtiva, utilizando técnicas de manejo adequadas que não degradem o ambiente, aumentando a eficiência biológica (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2000), construindo as bases de uma agricultura centrada em outro padrão técnico e tecnológico de produção e vida, que preserve a natureza e seja culturalmente adaptado e economicamente viável (ALTIERI, 2012 [2002a]).

Conforme Gliessman (2000), a agroecologia deriva da relação ecologia-agronomia que se inicia na década de 1920. O termo agroecologia foi proposto na década de 1930 como uma “ecologia aplicada à agricultura” (Idem, p. 55). Um salto qualitativo ocorre na década de 1950, a partir do conceito de ecossistema utilizado para analisar a agricultura numa perspectiva ecológica, processo do qual se elabora o conceito de agroecossistema: “(...) local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema.” (GLIESSMAN, 2000, p. 61).

A partir dessa concepção, a produção (agro)ecológica é entendida como um processo de aplicação (práticas) de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas, no intuito de gerar menos impactos negativos ambientais e sociais, e de diminuir o uso de insumos externos a cada estabelecimento rural. Assim, de maneira mais ampla, a agroecologia tem um triplo caráter, ou seja, objetiva-se como ciência que envolve práticas alternativas de produção e é envolvida por estratégias políticas adotadas por camponeses para tentar fortalecer a autonomia de cada família (ALTIERI, 1998; 2012 [2002a]; 2012 [2002b]; GLIESSMAN, 2000; WEZEL et al, 2009).

A perspectiva de abordagem territorial adotada é histórica, relacional/reticular e pluridimensional (DANSERO e ZOBEL, 2007) ou (i)material, transtemporal e trans-multiescalar (SAQUET, 2007; 2011b) com base nos princípios do materialismo histórico e dialético envolvendo processos econômicos, políticos e culturais, reconhecendo que há uma relação de unidade entre estes processos sociais e na relação sociedade-natureza. Vivemos múltiplas relações e processos cotidianamente, conforme afirmara Raffestin (1977; 1993 [1980]), por isto, ratificamos a ideia da construção de um paradigma de análise territorial para interpretar as variedades de situações concretas que substantivam certa formação territorial, elaborada por Bagnasco (1978).

Por meio desta abordagem, além da compreensão e da explicação do objeto de estudos, criticando-se a racionalidade do capital, as estratégias de controle e dominação, o uso deliberado de insumos químicos, a concentração da terra, as monoculturas etc., há um esforço para identificar, valorizar e potencializar as práticas (agro)ecológicas, os conhecimentos camponeses, a preservação da natureza, a autonomia decisória das famílias e a produção dos alimentos sem insumos químicos, numa concepção voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial (DANSERO, 2008; SAQUET, 2011a; 2011b; SAQUET, DANSERO e CANDIOTTO, 2012). Esta concepção requer uma práxis transformadora (necessariamente dialógica, participativa, criativa, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia (FREIRE, 2011 [1974]; 2011 [1996]; VAZQUEZ, 1990 [1977]; RAFFESTIN, 1993 [1980]; DEMATTEIS, 1985; 1994; 1995; 1999; 2001; MAGNAGHI, 2000; 2009; DEMATTEIS e GOVERNA, 2003; 2005; GOVERNA, 2001; SAQUET e SPOSITO, 2008).



AGRICULTURA CAMPONESA E PRÁTICAS (AGRO)ECOLÓGICAS

Concordamos com Sposito (1997 e 2004) quando afirma que a opção pelo método requer, necessariamente, uma reflexão sobre suas categorias e conceitos. A concepção com a qual estamos trabalhando, supracitada, está centrada nos conceitos de tempo e território sem desconsiderar o espaço geográfico. As relações de poder e as redes também são importantes em virtude do conjunto de relações cotidianas efetivadas pelos sujeitos cotidianamente. Iniciamos discorrendo sobre os elementos e processos da agricultura camponesa, identificando as principais características da produção (agro)ecológica de alimentos.

Sobre a agricultura camponesa, as principais referências selecionadas são Karl Marx, Alexander Chayanov, Teodor Shanin, José de Souza Martins, José Vicente Tavares dos Santos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Não se trata de uma aplicação dos pressupostos trabalhados por Karl Marx, Alexander Chayanov e Teodor Shanin. Utilizamos aspectos das argumentações dos autores citados como orientações gerais, tendo clareza de que a teorização do Marx esteve centrada na gênese e no desenvolvimento das produções tipicamente capitalistas vinculadas à acumulação de capital. Porém, Marx orienta-nos a compreender princípios fundamentais da produção camponesa, tais como o cultivo da própria terra, a produção em pequena escala centrada no trabalho da família e direcionada à sua reprodução biológica e social. Além disso, aspectos das teorizações de Marx estão presentes nas concepções elaboradas por A. Chayanov, T. Shanin, J. de S. Martins, J. V. T. dos Santos e A. U. de Oliveira.

Uma contribuição fundamental de Marx para o estudo do agricultor camponês é o fato de ter entendido e explicado, conforme identificaram Martins (1981) e Oliveira (1986; 1991; 1999; 2004), que existem três classes na sociedade moderna, ou seja, os proprietários da força de trabalho, os donos de capital e os proprietários da terra. Como classe, os camponeses organizam-se e lutam, historicamente, para se reproduzir como tal, embora saibamos que a expansão e o desenvolvimento do modo capitalista de produção, no espaço rural, ocorrem pela sujeição da renda da terra ao capital, envolvendo tanto a exploração capitalista quanto a produção camponesa (MARTINS, 1973; 1981; OLIVEIRA, 1981; 1991).

Essa situação coloca-nos diante da necessidade de pensar numa abordagem específica voltada para a agricultura camponesa, consoante detalharemos a seguir, diferente da utilizada para estudar a agricultura capitalista na qual há produção intensiva de mercadorias, utilização de maquinarias e uso do trabalho assalariado (MARX, 2005, vol. III). Há, portanto, na agricultura, uma coexistência de distintas formas de produção inerentes ao desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção, conforme demonstraram autores como Chayanov (1974), Shanin (1971a; 1971b) e Oliveira (1991). Coexistência, a nosso ver, também descrita por Marx (1985; 2005, vol. III) e ratificada por Quaini (1974b).

Outro aspecto a esclarecer são as situações estudadas por A. Chayanov e T. Shanin, distintas, evidentemente, da que estamos estudando no Sudoeste do Paraná, porém, também fundamentais, pois nos orientam a compreender os elementos e processos da produção e vida camponesa no Brasil, conforme já afirmaram Tavares dos Santos (1978) e Oliveira (1991). O próprio Shanin (2005) alerta coerentemente sobre as diferenças de conteúdo que existem entre os camponeses de distintos países, períodos históricos e diferentes regiões. Com isso queremos dizer que há elementos e processos gerais que utilizamos como orientação para compreender as singularidades dos camponeses agroecológicos do Sudoeste do Paraná.

Revisitando obras importantes de autores considerados clássicos e de outros mais recentes, podemos sintetizar as principais características da agricultura camponesa da seguinte forma:

- a) Eles têm um vínculo com a terra, são donos (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1971a; 1971b; MARTINS, 1973; TAVARES DOS SANTOS, 1978; 1994) ou posseiros ou rendeiros ou parceiros (OLIVEIRA, 1986; 1991), construindo um sentimento de pertencimento a um grupo e a

um local (TAVARES DOS SANTOS, 1978), reproduzido a partir de costumes de uma cultura específica que vigora numa rotina de trabalho e vida cotidiana centrada no sustento familiar (THOMPSON, 1998).

b) Têm como objetivo principal a reprodução biológica e social da família e não a valorização e acumulação de capital (CHAYANOV, 1974; VERGOPOULOS, 1977; TAVARES DOS SANTOS, 1978; MARTINS, 1986 [1979]; SHANIN, 1971b; 2008).

c) Há uma íntima relação entre trabalho familiar e consumo da família, com destaque para este e para a cooperação, estimulados pela necessidade de garantir a reprodução da família camponesa (CHAYANOV, 1974).

d) Há integração ao mercado via circulação de mercadorias, com subordinação às regras do MCP, embora não haja uma produção intensiva de mercadorias (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1971b; TAVARES DOS SANTOS, 1978; MARTINS 1973; 1986 [1979]; OLIVEIRA, 1991; SAQUET, 2003 [2001]). Há, na circulação de mercadorias, um mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado (AMIN, 1977; VERGOPOULOS, 1977; TAVARES DOS SANTOS, 1978; 1994; OLIVEIRA, 1981; 1986; SAQUET, 1996 e 2003 [2001]) e mecanismos financeiros que subordinam os trabalhadores rurais por meio do crédito (CHAYANOV, 1974; VERGOPOULOS, 1977; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1981; 1986). A autonomia, portanto, é relativa diante do mercado capitalista (SHANIN, 1971b; 2005).

e) Há predomínio do trabalho familiar (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1971a; 1971b; 1971c; TAVARES DOS SANTOS, 1978; 1994; MARTINS, 1973; 1986 [1979]; OLIVEIRA, 1986; 1991), que pode substantivar-se na forma de ajuda mútua (mutirão e troca de dias de trabalho), parcerias, trabalho acessório e trabalho assalariado temporário (CHAYANOV, 1974; TAVARES DOS SANTOS, 1978; 1994; OLIVEIRA, 1991), caracterizando relações de cooperação, de compartilhamento de conhecimentos e práticas produtivas, envolvendo tanto os homens quanto as mulheres (THOMPSON, 1998; WOORTMANN, 2004).

f) Há socialização e reprodução da força de trabalho (TAVARES DOS SANTOS, 1978; OLIVEIRA, 1986; 1991).

g) São donos dos demais meios de produção, além da terra: insumos, instrumentos e máquinas (CHAYANOV, 1974; TAVARES DOS SANTOS, 1978; OLIVEIRA, 1986; 1991).

h) A jornada de trabalho varia conforme a época do ano, ou seja, de acordo com os períodos de plantio e colheita (TAVARES DOS SANTOS, 1978; OLIVEIRA, 1986; 1991).

São todos elementos e processos presentes, em maior ou menor intensidade, com distintas combinações, na agricultura camponesa, em consonância com cada relação espaço-tempo, isto é, com cada contexto histórico e lugar. São elementos e processos internos e externos à unidade produtiva e de vida camponesa que precisam ser estudados na sua interdependência (SHANIN, 1971b; 2005). É fundamental, portanto, compreender os principais elementos e processos econômicos, políticos e culturais considerando as singularidades dos conflitos, das disputas, dos interesses imanentes à luta de classes, pois o campesinato efetiva-se como uma classe social que sobrevive em meio às contradições da expansão capitalista (CHAYANOV, 1974; MARTINS, 1981; SHANIN, 1983; 2005; 2008; OLIVEIRA, 1986; 1991; 2004; MARQUES, 2004; 2008; GUZMÁN e MOLINA, 2005), territorializando-se historicamente de distintas maneiras, como por meio das práticas (agro)ecológicas, adaptando-se às condições sociais e naturais produzindo alimentos sem insumos químicos, valorizando os conhecimentos repassados de geração em geração e a cooperação.



Há, de maneira geral, na agricultura camponesa, a reprodução de relações não-capitalistas de produção (MARTINS, 1981; 1986 [1979]; OLIVEIRA, 1981; 1986; 1991; 1999; 2004) ou de relações não especificamente capitalistas (TAVARES DOS SANTOS, 1978; SAQUET, 1997; 2003 [2001]), recriadas pelo capitalismo moderno (VERGOPOULOS, 1977), como aconteceu no Sul do Brasil com a imigração feita por italianos, alemães e poloneses na forma de uma produção familiar camponesa cada vez mais dependente do mercado, porém, produzindo diretamente os meios de vida (MARTINS, 1981; 1986 [1979]). O camponês precisa ser compreendido, portanto, como uma classe de dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 1986). Há um desenvolvimento desigual que, historicamente, contém e envolve a produção e vida camponesa.

Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. [...] O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do MCP no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas [...], ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção [...]. (OLIVEIRA, 1999, p. 72-73; grifo do original).

Essas relações são criadas e recriadas pelo próprio MCP:

[...] o camponês do Brasil meridional é um personagem não especificamente capitalista que se constitui na história pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 23).

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo [...]. (MARTINS, 1986 [1979], p. 21).

[...] o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. [...] Assim, esse processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital, além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 1991, p. 48).

A instituição da apropriação camponesa da terra ocorreu na expansão territorial do MCP no Brasil (MARTINS, 1973; 1981; OLIVEIRA, 1991), substantivando a propriedade familiar de tipo camponês (OLIVEIRA, 1981). Nesse processo, há coexistência de permanências/continuidades de características camponesas e mudanças/descontinuidades que, aos poucos, conseguem inserir na sua forma de produzir e viver. O agricultor produz para a alimentação familiar, mas também vende o excedente e cultiva produtos voltados exclusivamente para o mercado, com distintas técnicas e tecnologias; centra as atividades produtivas no trabalho da família sem o intuito de valorizar o capital e sua acumulação, concretizando um estilo camponês de vida (MARTINS, 1986 [1979]) ou um modo de vida camponês (MARTINS, 1973; THOMPSON, 1998; SHANIN, 2008; MARQUES, 2008) ou, ainda, uma sociabilidade territorializada preferencialmente em nível local e vinculada ao lugar (MARQUES, 2004). Há, assim, temporalidades (ritmos) e territorialidades (relações) singulares à vida camponesa.

Atualmente, há práticas de cooperação remanescentes, efetivadas na produção e na comercialização, como a ajuda mútua entre vizinhos, as associações de agricultores, as feiras locais para comercialização etc., e em outros âmbitos da vida cotidiana dos agricultores, especialmente a partir da religiosidade e com os parentes, amigos e vizinhos (por meio das visitas, das festas de cada localidade, da troca de produtos entre si sem o envolvimento de dinheiro etc.), inerentes a uma

identidade camponesa reproduzida historicamente em cada lugar de vida, numa práxis cultural, com relações de cooperação e de mercado.

Compreender os processos culturais específicos da vida camponesa, portanto, também é fundamental (GUZMÁN e MOLINA, 2005), identificando e compreendendo sua herança cultural (MARTINS, 1973) ou as raízes culturais do mundo camponês (QUAINI, 2011). Cultura processual que envolve valores, significados, conflitos, costumes em comum e inovações, enfim, relações sociais e práticas cotidianas (THOMPSON, 1998). Transmite-se, de geração em geração, o conhecimento, valores, princípios, técnicas e normas; coexistem continuidades e mudanças econômicas, políticas e culturais; há reprodução camponesa num campo de força social e numa disputa territorial (THOMPSON, 1998) efetivada num campo de poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]).

Conforme Toledo e Barrera-Bassols (2008), nas experiências e nos saberes transmitidos de geração em geração há íntima relação entre cultura e natureza que, nas práticas (agro)ecológicas, está centrada no manejo adequado do solo, das águas e das plantas e em princípios vinculados à reprodução e à autonomia da família, conforme detalharemos mais adiante.

Ao mesmo tempo, no modo capitalista de produção, há características imanentes à vida em sociedade como tensões, conflitos sociais, disputas territoriais, subordinação aos agentes do capital e às normas do Estado, substantivando, grosso modo, o que Martins (1973) e Bagnasco (1999) denominam de sociedade local. Efetivam-se relações de cooperação vinculadas à cultura camponesa e, concomitantemente, relações de classe, inovações técnicas e tecnológicas, novidades nas práticas cotidianas etc. (TAVARES DOS SANTOS, 1994; WOORTMANN, 2004; MARQUES, 2004; 2008; GUZMÁN e MOLINA, 2005).

O camponês não é obtuso, impermeável à mudança” (WOORTMANN, 2004, p. 141), síntese também adequada e evidenciada por Shanin (2005): “O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo (p. 5).

Há um processo cultural reconstruído com mudanças, caracterizando uma coexistência entre diversos elementos pluridimensionais. As territorialidades e temporalidades são econômicas, políticas e culturais, heterogêneas e variam de acordo com cada relação espaço-tempo (SAQUET, 2003 [2001]). Há identidade e diversidade, redes entre os camponeses e com outros sujeitos de outros lugares, do campo e da cidade. Há cooperação e troca mercantil; relações afetivas, de pertencimento e outras vinculadas ao mercado e à luta de classes; há autonomia relativa, decide-se no âmbito da família em consonância com seus princípios e objetivos, mas também com as regras do mercado e com as normas do Estado.

Há dominação que ocorre no mercado, por meio da circulação de mercadorias (MARTINS, 1981; 1986 [1979]); quem define os preços e as taxas de juros, por exemplo, estão distantes das unidades produtivas, de consumo e de vida familiar camponesa. Esses sujeitos, trabalhadores familiares, estão subordinados à lógica mercantil, aos interesses das grandes integradoras e das cooperativas empresariais, ou seja, conforme afirmaram Martins (1981) e Oliveira (1981; 1986), os agentes do capital apropriam-se da renda da terra gerada na agricultura por meio da circulação das mercadorias e da sua realização no mercado.

Simultaneamente, a agricultura camponesa está longe de desaparecer porque os agentes do capital e o Estado têm interesse na sua reprodução e criam, historicamente, condições (mesmo precárias) para sua continuidade (VERGOPOULOS, 1977; OLIVEIRA, 1986; 1991), produzindo alimentos, matérias-primas e gerando trabalho excedente (não pago), num processo de reprodução subordinada do campesinato (TAVARES DOS SANTOS, 1994). Também porque os agricultores são sujeitos políticos e, organizados, resistem, em algumas situações, à expansão do capital (FERNANDES, 2007; SHANIN, 2008), como ocorre na produção e vida camponesa (agro)ecológica; esta é uma das formas de resistência aos processos neoliberais, ao agronegócio e à globalização econômica (GUZMÁN e MOLINA, 2005).



Assim, as práticas (agro)ecológicas concretizam-se como uma práxis da agricultura camponesa diferenciada, conforme indicam autores importantes como Altieri (1998; 2012 [2002a]), Gliessman (2000) e Guzmán e Molina (2005), pois há mais autonomia decisória por parte da família, manejo ecológico na produção, valorização do conhecimento do agricultor e da sua cultura historicamente construída.

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980, apud GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 73).

O camponês agroecológico é um sujeito social, histórico, trabalha e vive sob princípios sociais específicos e vinculados à relação cotidiana que mantém com a terra. As práticas (agro)ecológicas não são uma questão somente econômica e tecnológica, correspondem a uma problemática multi-dimensional que é ecológica, cultural e política (ALTIERI, 1998) ou ecológica, econômica, social, cultural, política e ética no dizer de Caporal e Costabeber (2002; 2004). Compreensão que vem ao encontro da nossa opção teórico-metodológica segundo a abordagem territorial que mencionamos na Introdução e detalharemos mais adiante.

Alguns dos princípios e das características mais importantes da produção (agro)ecológica são: a) ampliação e preservação da biodiversidade; b) aproveitamento de sinergismos próprios dos componentes biológicos e dos recursos de cada unidade produtiva, trabalhando com o controle biológico de pragas; c) recuperação do solo degradado e sua proteção com manejo adequado que garanta matéria orgânica para nutrição das plantas; d) produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos; e) contribuição para a conservação das águas, das plantas e dos animais; f) aumento da capacidade de uso múltiplo do território (ALTIERI, 1998) com o favorecimento da diversificação da produção e com as agroflorestas; g) reciclagem de nutrientes e da matéria orgânica; h) preservação das identidades culturais, valorizando o conhecimento dos agricultores, sua participação nos processos decisórios e favorecendo o uso eficaz dos recursos de cada unidade produtiva; i) tentativa de fortalecer a comercialização direta com o consumidor em mercados locais. (ALTIERI, 1998; 2012 [2002a]; GLIESSMAN, 2000; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; ARRIEL SAQUET et al, 2005; ALTIERI e TOLEDO, 2011). São processos que, uma vez efetivados, constituem um patrimônio ecológico da humanidade (ALTIERI, 2012 [2008]).

Trata-se de uma produção cuja práxis geralmente resulta num uso diversificado e adequado do solo, com certa autonomia diante do mercado e autossuficiência alimentar (ALTIERI, 1998), caracterizando-se como uma produção familiar camponesa. É um trabalhador que está inserido no mercado, cultiva para a alimentação familiar e para vender, compra mercadorias para produzir e o que não produz para o sustento familiar tal como sal, roupas, eletrodomésticos etc.

Nas práticas (agro)ecológicas, incorpora-se aos objetivos de conservação ambiental os objetivos sociais, nos quais os agricultores e os consumidores precisam ser valorizados e beneficiados. A saúde da família, o aproveitamento dos componentes naturais de cada estabelecimento, a policultura, a aproximação direta com o consumidor e a politização dos agricultores para que sejam protagonistas do desenvolvimento, apresentam-se como elementos fundamentais (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2000).

Há um conjunto de elementos e processos, portanto, que caracteriza a produção e demais práticas (agro)ecológicas que precisa ser estudado meticulosamente. São características específicas, econômicas, políticas e culturais reproduzidas historicamente que dizem respeito a uma forma de vida com princípios e objetivos singulares que valorizam a terra, a família, a cooperação etc., conforme já mencionamos. Nem toda agricultura camponesa é (agro)ecológica, mas as práticas (agro)ecológicas são camponesas, ou seja, não são empresariais, envolvendo conhecimentos, técnicas, tecnologias e princípios como a cooperação e a valorização do patrimônio ecológico e familiar bem



como a organização política e luta num movimento de resistência à chamada Revolução Verde e à expansão do capital. Assim, a agricultura camponesa com práticas (agro)ecológicas corresponde a uma práxis diferenciada de produzir e viver, a um movimento político que, no Brasil, está na base para a reprodução da agroecologia também como ciência a partir das pesquisas realizadas neste e noutros países.

UMA SÍNTESE DA ABORDAGEM TERRITORIAL ADOTADA

Problemáticas como essa da agroecologia e do campesinato, no nosso entendimento, precisam ser estudadas meticulosamente com base numa concepção histórico-crítica, relacional/reticular (redes de circulação e comunicação) e pluridimensional (RAFFESTIN, 1993 [1980]; DEMATTEIS, 1985; THOMPSON, 1998; SHANIN, 2005; DANSERO e ZOBEL, 2007; MAGNAGHI, 1976; 2000; FERNANDES, 2008; 2009; SAQUET, 2003 [2001]; 2006a; 2007; 2009; 2011a; 2011b), centrada na relação sociedade-natureza, demonstrando e compreendendo as principais mudanças e as reproduções (continuidades).

Assim, as unidades produtivas e de vida camponesas (SHANIN, 1971b; 2005) são compreendidas como territórios de produção, existência, vida, luta e resistência (THOMPSON, 1998; ESCOBAR, 1999; MARQUES, 2000; 2004; FERNANDES, 1996; 2007; 2008), com singularidades econômicas, políticas, culturais e ambientais (pluridimensionais) que acontecem simultaneamente como relações conflituosas - de poder e disputas inerentes à vida em sociedade - e se territorializam no tempo e no espaço, contextualizadas na localidade, no município, no estado, no país e em nível internacional.

Nossa orientação teórico-metodológica está centrada em alguns conceitos e em algumas referências principais, tais como: a) tempos e temporalidades (coexistências de ritmos): Quaini (1973a; 1973b; 1974a; 1974b; 2010), Smith (1988), Dematteis (1985; 2001), Santos (1988; 1996), Saquet (2003 [2001]; 2009; 2011a; 2011b) e Marques (2004); b) territórios e territorialidades: Quaini (1974b), Indovina e Calabi (1974), Magnaghi (1976), Raffestin (1977; 1993 [1980]; 2005; 2009; 2010), Dematteis (1964; 1985; 2001; 2008), Oliveira (1999; 2004), Marques (2004), Fernandes (1996; 2008) e Saquet (2003 [2001]; 2007; 2009; 2011a; 2011b).

As temporalidades significam ritmos lentos e mais rápidos. Há ritmos acelerados na indústria e no mercado capitalista que coexistem com outros lentos e muito lentos na produção artesanal de alimentos, no pequeno comércio de bairro e na parcela da agricultura camponesa. Há coexistência, portanto, no espaço, de ritmos-temporalidades que dependem das condições de cada família agricultora, de cada empresa, de cada ONG, da atuação do Estado etc., consoante detalhamos em Saquet (2011b).

As territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre os grupos e classes sociais. Essas relações são próximas e distantes, de alteridade e exterioridade (DEMATTEIS, 1964; RAFFESTIN, 1977; 1993 [1980]). Há relações assimétricas, de poder, influências, lideranças, conflitos e concorrências que coexistem com relações mais simétricas. As territorialidades variam no tempo e no espaço, porém, também podemos viver territorialidades similares ou comuns e, quando isso ocorre, estamos construindo, socialmente, identidades.

Portanto, conforme descrevemos em Saquet (2011b), a territorialidade ocorre em quatro situações correlatas: a) como relações sociais conflituosas, de cooperação, identidades e diferenças; b) como apropriações do espaço geográfico, implicando delimitações precisas ou não; c) como interesses, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, nas relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior ao homem (MARX, 1984), por meio de mediadores (trabalho, técnicas, tecnologias, conhecimentos etc.).



Assim, o território é apropriado e construído histórica e socialmente, substantivando-se como um campo de poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]) em virtude das relações de classe e das relações sociedade-natureza estabelecidas. Sucintamente, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. (...) Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’.” (RAFFESTIN, 1993, p. 152; grifos do original).

Os elementos e processos fundamentais do território são as relações de poder, as redes de circulação e comunicação, a natureza e a identidade; os processos sociais se dão historicamente nas relações que os homens mantêm entre si e com sua natureza exterior. “A cada mudança (...) técnica e, por conseqüência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos”. (RAFFESTIN, 2009, p. 26). A cada mudança social de técnicas e tecnologias, acontecem alterações no uso, apropriação e na produção territorial.

Como a produção das idéias, da consciência, conforme afirmam Marx e Engels (1998) e Marx (1998), está diretamente ligada às atividades e às relações materiais dos homens, como produto do seu comportamento material, estas, ao mesmo tempo, são condição da vida material. As forças e relações produtivas de caráter familiar influenciam o ideário desta forma de produção e vice-versa. A quantidade e a qualidade das forças produtivas acessíveis aos homens condicionam sua situação social, como defendem Marx e Engels (1998), mas esta também determina aquela. O movimento social produz e reproduz as relações produtivas intimamente interconexas às forças produtivas, na sucessão histórica, em que as relações coexistem, como afirma o próprio Marx (1998); as circunstâncias condicionam os homens e estes fazem as circunstâncias, como propugnam Marx e Engels (1991).

O território, portanto, é produto e condição desse processo que envolve as relações sociedade-natureza e a (i)materialidade, ou seja, as práticas espacio-temporais-territoriais. O movimento de apropriação e produção do território ocorre num (movimento) mais amplo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (RAFFESTIN, 1978; 1984; OLIVEIRA, 1991; 1999; SAQUET, 2003 [2001]; 2007; 2009; 2011a; 2011b). Esse movimento é histórico e relacional, e contém, simultaneamente, mudanças e continuidades no mesmo território e entre territórios distintos. Consoante afirma Raffestin (2009, p. 31), na “produção territorial sempre tem um ponto de partida” vinculado ao processo histórico; os sujeitos partem “de uma forma precedente, de outro tipo de território”. Assim como há um movimento histórico, também há acontecimentos coexistentes: a reterritorialização é concomitante à desterritorialização, processo condicionado por fatores econômicos, políticos e culturais, gerando e sendo influenciado pelas territorialidades, que estão na base da formação de cada território e do movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Desse modo, a compreensão da cooperação e dos conflitos entre os sujeitos é fundamental para entender cada processo relacional de territorialização, gerando subsídios para o planejamento e a gestão dialógica do território. Daí a importância de entender também a identidade como pertencimento, afetividade e capacidade política de organização dos sujeitos estudados (DEMATTEIS, 1995; 2001; DEMATTEIS e GOVERNA, 2005). Na identidade, há reproduções de elementos e introdução de inovações, de novidades econômicas, culturais e políticas.

As territorialidades são efetivadas cotidianamente, tanto individual como em grupos e classes sociais, mediadas por instituições (privadas, públicas, ONGs e outras da sociedade civil). Estas últimas são elementos constituintes do território e seus dirigentes consubstanciam territórios a partir das estratégias, das relações, das redes e dos fluxos que estabelecem. Efetivam territórios sobrepostos, concomitantes, com continuidades e descontinuidades espaciais, mas ligados pelas redes e pelos fluxos (DEMATTEIS, 1985; 1995). Assim, os territórios também são nós articulados por sujeitos, envolvendo lugares e outros territórios (RAFFESTIN, 1993 [1980]).



No Brasil, dois autores importantes para compreender a agricultura camponesa numa abordagem territorial histórico-crítica e relacional são Oliveira (1991; 1999; 2004) e Fernandes (1996; 2000; 2007; 2008; 2009). Em Saquet (2007), já havíamos evidenciado as concepções de A. U. de Oliveira e B. M. Fernandes, contribuições fundamentais para entendermos a reprodução camponesa numa abordagem territorial como a que estamos aludindo. Para o primeiro, numa reflexão feita a partir de autores como M. Quaini, C. Raffestin, H. Lefebvre, F. Indovina, D. Calabi, entre outros, o território significa uma

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (OLIVEIRA, 1999, p. 74; grifo do original).

O território resulta das relações sociais, do desenvolvimento das forças produtivas, da atuação do Estado, das empresas, enfim, de uma gama diversificada de sujeitos historicamente condicionados no “interior” do modo capitalista de produção que se territorializa desigualmente por meio das mediações e ações de controle na luta de classes.

Fernandes (1996; 2000; 2007; 2008; 2009), por sua vez, argumenta em favor da multidimensionalidade do campesinato, concepção na qual o território é entendido como resultado de uma processualidade social e espacial, destacando as fases de formação e consolidação, por exemplo, do MST, as contradições, as relações de poder e as conflitualidades imanentes ao desenvolvimento desigual do MCP. Existe um processo de territorialização do movimento camponês e do agronegócio que gera constantes conflitos. O território tem um caráter multidimensional e multiescalar, envolvendo, portanto, distintas escalas geográficas, do local ao nível internacional, a partir das territorialidades cotidianas dos sujeitos. Estas últimas estão na base da formação dos territórios camponeses e dos capitalistas, gerando disputas territoriais que ocorrem em virtude de fatores econômicos, políticos e ideológicos (FERNANDES, 2008; 2009). Sucintamente, para este autor, o território corresponde a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; lugar de negociação, conflitos e disputas entre as classes sociais.

O território é tornado mercadoria no modo capitalista de produção, apropriado e transformado pelas forças produtivas e pelas relações sociais historicamente condicionadas (QUAINI, 1974b; INDOVINA e CALABI, 1974; MAGNAGHI, 1976). O trabalho é o mediador fundamental entre a sociedade e a natureza, relação que envolve, portanto, as técnicas, o ambiente, as classes sociais, o Estado, o mercado, as tecnologias, enfim, uma multiplicidade de sujeitos, instituições, objetivos, metas, conflitos, redes, diferenças e identidades (RAFFESTIN, 1993 [1980]; 2005; 2009; DEMATTEIS, 1995; 2001).

Enfim, os agricultores camponeses efetivam seus territórios por meio das territorialidades e das temporalidades cotidianas econômicas (processos de produção, circulação, troca e consumo), políticas (organização, luta, resistência, disputas, relações de poder) e culturais (diferenças e identidades), isto é, dos mediadores institucionais, das técnicas, das tecnologias, das redes cotidianas estabelecidas, da sua força de trabalho etc. utilizados na relação sociedade-natureza, ou seja, por meio das práticas espaço-temporais-territoriais, consoante já mencionamos. Os homens (e as mulheres) apropriam-se do espaço produzindo o território por meio das temporalidades e das territorialidades, de todo um conjunto de mediadores vinculados à prática produtiva e de vida camponesa, considerando-se os elementos e processos que descrevemos anteriormente.

Assim, os sujeitos sociais e suas relações cotidianas são centrais na concepção ora apresentada. São relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diferentes e no âmbito de cada classe social: de cooperação, parceria, associação, concorrência, disputa, enfim, relações plurais concretizadas na forma de redes e em diferentes escalas (RAFFESTIN, 1977; 1993 [1980]; DEMATTEIS, 2001;



SAQUET, 2007; 2011b). As redes de circulação e comunicação podem ser individuais e/ou de grupos; locais, regionais, nacionais, transnacionais, intercontinentais e globais (DEMATTEIS, 1985; 1990; 1995; 1997; 2001; CAMAGNI, 1990; 1993; 1997; SANTOS, 1996; SALONE, 2010); formam nós e malhas (INDOVINA e CALABI, 1974; RAFFESTIN, 1993 [1980]) e redes multiescalares (MARQUES, 2004; FERNANDES, 2008).

O território, dessa forma, é apropriado e produzido em diferentes níveis escalares (MAGNAGHI, 1976; DEMATTEIS, 1985). É relacional e reticular substantivando uma geografia reticular (DEMATTEIS, 1985; 1990; TURCO, 1988; 2010) ou uma complexa trama territorial trans e multiescalar (DEMATTEIS, 1985; 2001) ou, ainda, relações trans-territoriais (CAMAGNI, 1993; 1997; CAMAGNI e SALONE, 1993) que significam interações horizontais e verticais (DEMATTEIS, 1964; 1970). Sucintamente, o território é construído socialmente com os significados concretos das gentes em seus locais de vida (QUAINI, 1978; SERENI, 1979; GAMBI, 1986; MAGNAGHI, 2003; 2011; SAQUET, 2011b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente, no nosso entendimento, a produção de conhecimento que possa ser mais utilizado didática e diretamente pelos sujeitos que estudamos acadêmica e cientificamente. Para tanto, acreditamos que falta uma mudança de paradigma na análise geográfica que possa subsidiar nossa atuação em projetos de desenvolvimento local a partir dos princípios já mencionados.

Trata-se de uma práxis intelectual e política (GUSMÁN e MOLINA, 2005), num movimento efetivo de resistência e luta contra os agentes do capital, contra o Estado capitalista (LUXEMBURGO, 1999) e de construção da autonomia dialógica, nos termos descritos por Freire (2011 [1974]; 2011 [1996]), Dematteis (1985; 1994; 1995), Governa (2001) e Saquet (2007; 2011a; 2011b). Práxis centrada no homem como um ser histórico-social, criador e transformador que, ao refletir sobre sua prática, pode filosofar crítica e conscientemente. Há unidade indissolúvel entre teoria e prática. Para o homem mudar o mundo é preciso transformar-se na práxis, pois há transformação do homem e do mundo simultaneamente. A ação sobre o real é inseparável de uma formação das consciências (VAZQUEZ, 1990 [1977]).

Há necessidade de estudar, valorizar e ampliar as experiências menos degradantes do ambiente, que contribuam para, pelo menos, conservar a biodiversidade, o patrimônio ecológico e cultural (aqui entendido como patrimônio territorial da humanidade, conforme argumentam Magnaghi [2000] e Dematteis e Governa [2005]), tentando potencializar a autonomia decisória das famílias e a produção de alimentos sem insumos químicos.

Autonomia esta, normalmente, construída em processos culturais e organizativos em nível político com uma base territorial localizada, mas articulada a outros níveis escalares por meio das territorialidades, das redes e dos fluxos efetivados pelos sujeitos (RAFFESTIN, 1993 [1980]; DEMATTEIS, 1995; 2001). A construção da autonomia passa, necessariamente, por um profundo conhecimento da situação de classe e dos conflitos, numa contínua luta contra a expansão e reprodução ampliada do capital. É uma luta constante pela terra e pela permanência nela, pelo território e pelo lugar de vida.

A temporalidade mais lenta pode indicar uma alternativa de desenvolvimento, sem a racionalidade das grandes iniciativas produtivas, preservando a cultura e o ambiente (MARQUES, 2004; SAQUET, 2003 [2001]), num mundo mais justo (FERNANDES, 2004; SAQUET, 2003 [2001]; 2007; 2011a). Processo que, sucintamente, pode ocorrer na produção (agro)ecológica de alimentos, eliminando o uso de insumos químicos, aproveitando sinergismos existentes entre os componentes biológicos de cada estabelecimento rural, adaptando as atividades agrícolas, as técnicas e as tecnologias às necessidades das famílias e às características de cada ecossistema, preservando a biodiversidade e valorizando a autonomia decisória dos agricultores camponeses voltados para mercados locais (ALTIERI, 2012 [2002a]; 2012 [2002b]; 2012 [2008]; ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Na ênfase à defesa do ‘território’, muitos movimentos sociais defendem o lugar como espaço de práticas culturais, econômicas e ecológicas de alteridade a partir das quais podem derivar estratégias alternativas de desenvolvimento e sustentabilidade. Na resistência aos transgênicos e à mercantilização da biodiversidade, podemos ver uma defesa do corpo, da natureza e da alimentação como práticas de lugar, distante das práticas normativas da modernidade capitalista. (ESCOBAR, 1999, p. 29; tradução livre).

Isso requer uma práxis de pesquisa, ensino e cooperação de fato dialógica, criativa e reflexiva. A práxis precisa considerar o sentido de pertencimento a uma classe social e a um lugar (HARVEY, 1982; MAGNAGHI, 2000; 2009; LUSSAULT, 2009; QUAINI, 2010) num movimento contrário à reprodução ampliada do capital e à degradação ambiental e em favor do manejo ecológico na produção, da valorização do conhecimento do agricultor, da sua cultura historicamente construída etc., ou seja, num movimento de resistência à mundialização (LEVY, 2003) e num processo decisório realizado com os sujeitos dos lugares e dos territórios (BRUNET, 2003; SAQUET, 2011a). Esse processo exige que sejam criadas outras formas de democracia centradas no autogoverno das comunidades e em outros conhecimentos ambientais, técnicos e tecnológicos, para cuidar do território de maneira sustentável (MAGNAGHI, 2000; 2011).

Acreditamos, portanto, num processo de renovação da identidade (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000), no seio da cultura camponesa (THOMPSON, 1998) e dos campos de poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]), que combine tradição e mudança a partir das referências de cada lugar-território, centrado no que se denomina de partilha territorial feita por meio do governo da complexidade com autonomia (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; MAGNAGHI, 2000) e preservação do ambiente. “A humanidade será livre quando todo homem particular possa participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores genéricos na sua própria vida, em todos os aspectos” (HELLER, 1991 [1970], p. 217).

AGRADECIMENTOS

Este texto é um dos resultados do nosso projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, intitulado Agricultura camponesa (agro)ecológica: temporalidades e territorialidades, no qual, um dos objetivos é tentar qualificar a opção teórico-metodológica adotada a partir da pesquisa empírica e reflexiva realizada no Sudoeste do Paraná.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 [2002a]. p. 103-115.
- ALTIERI, Miguel. Manejo agroecológico dos recursos naturais em ambientes marginais. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 [2002b]. p. 117-158.
- ALTIERI, Miguel. Agricultura familiar camponesa como patrimônio ecológico planetário. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 [2008]. p. 363-378.
- ALTIERI, Miguel e TOLEDO, Victor. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 38, n. 3, 2011, p. 587-612.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. (Org.). **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 9-40.



- ARRIEL SAQUET, Adriano et al. **Agricultura ecológica e ensino superior**: contribuições ao debate. Francisco Beltrão, PR: Grafite, 2005.
- BAGNASCO, Arnaldo. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M. e TRIGILIA, C. (Org.). **Le problematiche dello sviluppo italiano**. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BAGNASCO, Arnaldo. **Tracce di comunità**. Bologna: Il Mulino, 1999.
- BRUNET, Roger. Per una critica ragionata e razionale della rappresentazione dei territori. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, SGI, 2003. p. 67-75.
- CAMAGNI, Roberto. Strutture urbane gerarchiche e reticolare: verso una teorizzazione. In: CURTI, F. e DIAPPI, L. (Org.). **Gerarchie e reti di città**: tendenze e politiche. Milão: Franco Angeli, 1990.
- CAMAGNI, Roberto. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città**. Teoria, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.
- CAMAGNI, Roberto. Luoghi e reti nelle politiche di competitività territoriale. In: CAMAGNI, R. e CAPPELLO, R. (Org.). **Strategie di competitività territoriale**: il paradigma a rete. Torino: SEAT, 1997. p. 167-179.
- CAMAGNI, Roberto e SALONE, Carlo. Elementi per una teorizzazione delle reti di città. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città**. Teoria, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 53-67.
- CAPORAL, Francisco e COSTABEBER, José. Análise multidimensional da sustentabilidade – uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2002, p. 70-85.
- CAPORAL, Francisco e COSTABEBER, José. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DANSERO, Egidio. Geografia e cooperazione allo sviluppo. Prospettive di ricerca. In: BIGNANTE, E.; DANSERO, E. e SCARPOCCHI, C. (Org.). **Geografia e cooperazione allo sviluppo**. Temi e prospettive per un approccio territoriale. Milão: Franco Angeli, 2008. p. 9-26.
- DANSERO, Egidio e ZOBEL, B. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: **Promozione della sostenibilità nel Pinerolese** – un percorso di ricerca/azione territoriale. Turim: Euro Mountains, 2007. p. 135-141.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale. **Atti 19o. Congresso Geografico Italiano**, Como, vol. III, 1964, p. 239-253.
- DEMATTEIS, Giuseppe. "Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia. **Laboratorio di Geografia Economica**, n. 5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.
- DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Nodi e reti nello sviluppo locale. In: MAGNAGHI, A. (Org.). **Il territorio dell'abitare**. Milano: Angeli, 1990. p. 249-268.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilità e limiti dello sviluppo locale. **Sviluppo locale**, I, 1, Firenze, 1994, p. 10-30.
- DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito**. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Il tessuto delle cento città. In: COPPOLA, P. (Org.). **Geografia politica delle regioni italiane**. Torino: Einaudi, 1997. p. 192-229.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). **I futuri della città** – Tesi a confronto. Milano: Angeli, 1999. p. 117-128.



- DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola. (Org.). **Slot, quaderno 1**. Bologna: Baskerville, 2001. p. 11-30.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.
- DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. **Ha ancora senso parlare di identità territoriale?** Atti dei Convegni Lincei, 194 – Convegno internazionale: La nuova cultura delle città. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p. 264-281.
- DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005. p. 15-38.
- DUFUMIER, M.; LALLAU, B. Agriculture et développement durable. In: ZUINDEAU, B. (Org.). **Développement durable et territoire**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2010. p. 363-373.
- ESCOBAR, Arturo. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Colômbia/Santa Fé de Bogotá: ICAN/CEREC, 1999.
- FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria**. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- FERNANDES, Bernardo. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo. Vinte anos de MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 273-291.
- FERNANDES, Bernardo. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 139-168.
- FERNANDES, Bernardo. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.
- FERNANDES, Bernardo. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.197-215.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].
- GAMBI, Lucio. La costruzione dei piani paesistici. **Rivista Urbanistica**, n. 85, 1986.
- GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GOVERNA, Francesca. Il territorio come soggetto collettivo? Comunità, attori, territorialità. In: BONORA, P. (Org.). **Slot, quaderno 1**. Bologna: Baskerville, 2001. p. 31-46.
- GUZMÁN, Eduardo e MOLIVA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, ano 2, n. 6, São Paulo, 1982, p. 6-35.
- HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1991 [1970].
- INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (Org.). **Economia e territorio**. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.
- LEVY, Jacques. Il ya a du monde ici. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**. Turim: IRES, 2003, p. 59-63.
- LUSSAULT, Michel. **De la lutte des classes à la lutte de places**. Paris: Grasset, 2009.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MAGNAGHI, Alberto. Il territorio nella crisi. **Quaderni del territorio – ristrutturazione produttiva e nuova geografia della forza-lavoro**, anno I, n.1. Milano: CELUC Libri, 1976. p. 15-29.



MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, Alberto. Território: dal progetto implícito al progetto esplicito. In: **Le frontiere della Geografia**. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 275-292.

MAGNAGHI, Alberto. Educare al território: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: GIORDA, C. e PUTTILLI, M. (Org.). **Educare al território, educare il território** - Geografia per la formazione. Roma: Carocci, 2011. p. 32-42.

MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, EMBRAPA, Brasília, DF: EMBRAPA Informações Tecnológicas, 2006.

MARQUES, Marta. **De sem-terra a posseiro**: a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária. Tese (Doutorado em Geografia Humana), USP, Departamento de Geografia, São Paulo, 2000.

MARQUES, Marta. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI** – território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARQUES, Marta. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARSCHNER, Walter. **Die kampf um mutter erde. Eine empirisch-qualitative untersuchung uber soziale konflikte landloser campesinos in sudbrasilien unter besonderer beruck sichtigungun raum** – und hand lung soziologischer kategorien. Hamburgo, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Sociologia, Universidade de Hamburgo - Alemanha.

MARTINS, José de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986 [1979].

MARTINS, José de S. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos**: economia y filosofia. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

MARX, Karl. **GRUNDRISSE** - Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política. 1857/58 (Vol. I e II). Trad. de Wenceslao Roces. México, D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1985.

MARX, Karl. **Miseria della filosofia**. Roma: Riuniti, 1998.

MARX, Karl. **Il capitale** (I, II e III). Roma: Newton Compton Ed., 2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). SP: Hucitec, 1991.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **La concezione materialistica della storia**. Roma: Editori Riuniti, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, AGB, 1981, p. 5-64 (republicado na Revista Campo-Território, v.5, n.10, 2010, p. 5-64).

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI** - território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

PADIS, Pedro. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. SP: Hucitec; Curitiba: Sec. da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

QUAINI, Massimo. Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale? **Quaderni Storici**, Ancona, 1973a, n. 24, p. 691-744.

QUAINI, Massimo. **Per la storia del paesaggio agrario in Liguria**. Note di geografia storica sulle strutture agrarie della Liguria medievale e moderna. Savona: C.C.I.A.A., 1973b.

QUAINI, Massimo. **Storia, geografia e territorio**. Sulla natura, gli scopi e i metodi della geografia storica, Miscellanea storica Ligure, 6, 7, 1974a.

- QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Firenze: La Nuova Italia, 1974b.
- QUAINI, Massimo. **Dopo la geografia**. Roma: L'Espresso Strumenti, 1978.
- QUAINI, Massimo. **Dalla coscienza di classe alla “coscienza di luogo” ovvero “de la lutte des classes à la lutte des places”**. Declinações del concetto di luogo e di paesaggio, Fondazione Benetton, Treviso, 2010, p. 1-13.
- QUAINI, Massimo. Geografia: pensamento impensado (Aos colegas e companheiros geógrafos do grande Brasil). In: SAQUET, M.; SUZUKI, J. e MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.15-25.
- RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 21, n.53-54, 1977, p. 123-134.
- RAFFESTIN, Claude. L'evoluzione storica della territorialità in Svizzera. In: RAFFESTIN, C.; RACINE, J. B.; RUFFY, V. (Org.). **Territorialità e paradigma centro-periferia**. La Svizzera e la Padania. Milano: Unicopli, 1978. p. 11-26.
- RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984. p. 69-82.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RAFFESTIN, Claude. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.
- RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.; COSTA, B.; SOUZA, E. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-23.
- RULLANI, Enzo; MICELLI, Stefano e DI MARIA, Eleonora. Tra città reale e città virtuale: il territorio nel postfordismo. In: RULLANI, E.; MICELLI, S. e DI MARIA, E. (Org.). **Città e cultura nell'economia delle reti**. Bologna: Mulino, 2000. p.13-56.
- SALONE, Carlo. Institutional arrangements and political mobilization in the New Italian Regionalism: the role of spatial policies in the Piedmont Region. **European Planning Studies**, v. 18, n. 8, 2010, p. 1207-1226.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos. **A construção do espaço em Nova Palma/RS**. Nova Palma (RS): Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1996.
- SAQUET, Marcos. Agricultura familiar: elementos teóricos de abordagem. **Faz Ciência**, v.1, n.1, 1997, p. 90-98.
- SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].
- SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a. p. 157-186.
- SAQUET, Marcos. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas, **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, 2006b, p. 60-81.
- SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SAQUET, Marcos. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 209-226.



SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011b.

SAQUET, Marcos e BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n. 31, Presidente Prudente (SP), 2009. p. 3 – 16.

SAQUET, Marcos; DANSERO, Egidio e CANDIOTTO, Luciano (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SAQUET, Marcos e GALVÃO, Ana. A valorização territorial e multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão (PR). **Campo-Território**, v. 4, n. 8, Uberlândia, 2009, p. 98-120.

SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SCHMITT, Cláudia. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177-204.

SERENI, Emilio. **Storia del paesaggio agrario italiano**. Roma-Bari: Laterza, 1979.

SHANIN, Teodor. A russian peasant household at the turn of the century. In: SHANIN, T. (Org.). **Peasants and peasant societies**. Middlesex, Harmondsworth: Penguin Books, 1971a. p. 30-36.

SHANIN, Teodor. Peasantry as a political factor. In: SHANIN, T. (Org.). **Peasants and peasant societies**. Middlesex, Harmondsworth: Penguin Books, 1971b. p. 238-263.

SHANIN, Teodor. Introduction. In: SHANIN, T. (Org.). **Peasants and peasant societies**. Middlesex, Harmondsworth: Penguin Books, 1971c. p. 11-19.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Anagrama, 1976.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda**. Madri: Alianza Ed., 1983.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.7, 2005, p. 1-21.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOSA, Braulio et al. **Revolução agroecológica: o Movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SPOSITO, Eliseu. A crise paradigmática e a crítica do conhecimento geográfico. **Revista de Geografia**, v.14, 1997, p. 141-151.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e filosofia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José. **Colonos do vinho** – Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, José. Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. **Cadernos de Sociologia**, n.6, Porto Alegre, 1994, p. 135-153.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOLEDO, Victor e BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La Memoria Biocultural: La importância ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Editorial Icaria, 2008.

TURCO, Angelo. **Verso una teoria geografica della complessità**. Milano: Unicopli, 1988.

TURCO, Angelo. **Configurazioni della territorialità**. Milão: Franco Angeli, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 [1977].

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. (Org.). **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 41-174.

WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Ed. Vicentia, 1987.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review, Agronomy Sustainable Development**, n. 29, 2009, p. 503-515.

WOORTMANN, Ellen. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

Trabalho enviado em julho de 2014
Trabalho aceito em agosto de 2014

